

PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAOFAM

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E
REGISTROS PÚBLICOS



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**PLANEJAMENTO
ESTRÁTÉGICO**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sirio

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORA-GERAL

Maria Neves Feitosa Campos

VICE-CORREGEDOR-GERAL

Luiz Alcântara Costa Andrade

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

Fabício Bello Soares

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira - Rresidente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

COORDENADOR

Daniel Isídio de Almeida Júnior

COORDENADORA AUXILIAR

Patrícia Tito Fernandes Vasconcelos

EQUIPE TÉCNICA

Keila Karine Rodrigues de Souza- Técnica Ministerial

Jorge da Silva Morais- Técnico Ministerial

Ana Vitória Farias Maciel- Residente

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

APRESENTAÇÃO.....	5
PALAVRA DO CAOFAM.....	5
METODOLOGIA	6
DIAGNÓSTICO	7
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOFAM.....	8
MAPAS ESTRATÉGICOS.....	16
CONCLUSÃO.....	18

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional.

Os Planos de Atuação constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

Além de fortalecer a cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e com vistas ao fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

PALAVRA DO CAOOFAM

O Centro de Apoio Operacional da Família, Sucessões e Registros Públicos (CAOFAM) tem como missão apoiar tecnicamente as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará no enfrentamento dos desafios cotidianos das relações familiares, sucessórias e registraes, com vistas à resolutividade e à efetivação de direitos.

O presente Plano de Atuação materializa o compromisso do CAOFAM com o aprimoramento contínuo da atuação ministerial nessas áreas. Construído de forma participativa, a partir da escuta direta dos membros que atuam nas Promotorias de Família, Sucessões e Registros Públicos de todo o Estado, o documento traduz os desafios identificados no diagnóstico.

Mais do que um instrumento de planejamento, este Plano tem por escopo respostas resolutivas e humanizadas. O CAOFAM seguirá atuando como parceiro técnico permanente das

Promotorias, oferecendo orientação, capacitação e instrumentos de apoio que fortaleçam a segurança jurídica e a qualidade da prestação ministerial.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a construção deste Plano e renovamos o compromisso do CAOFAM com uma atuação cada vez mais resolutiva, integrada e comprometida com a proteção da dignidade humana nas relações de família, sucessões e registros públicos

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma Microsoft Forms (Microsoft 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas da Família, Sucessões e Registros Públicos e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz SWOT, possibilitando a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

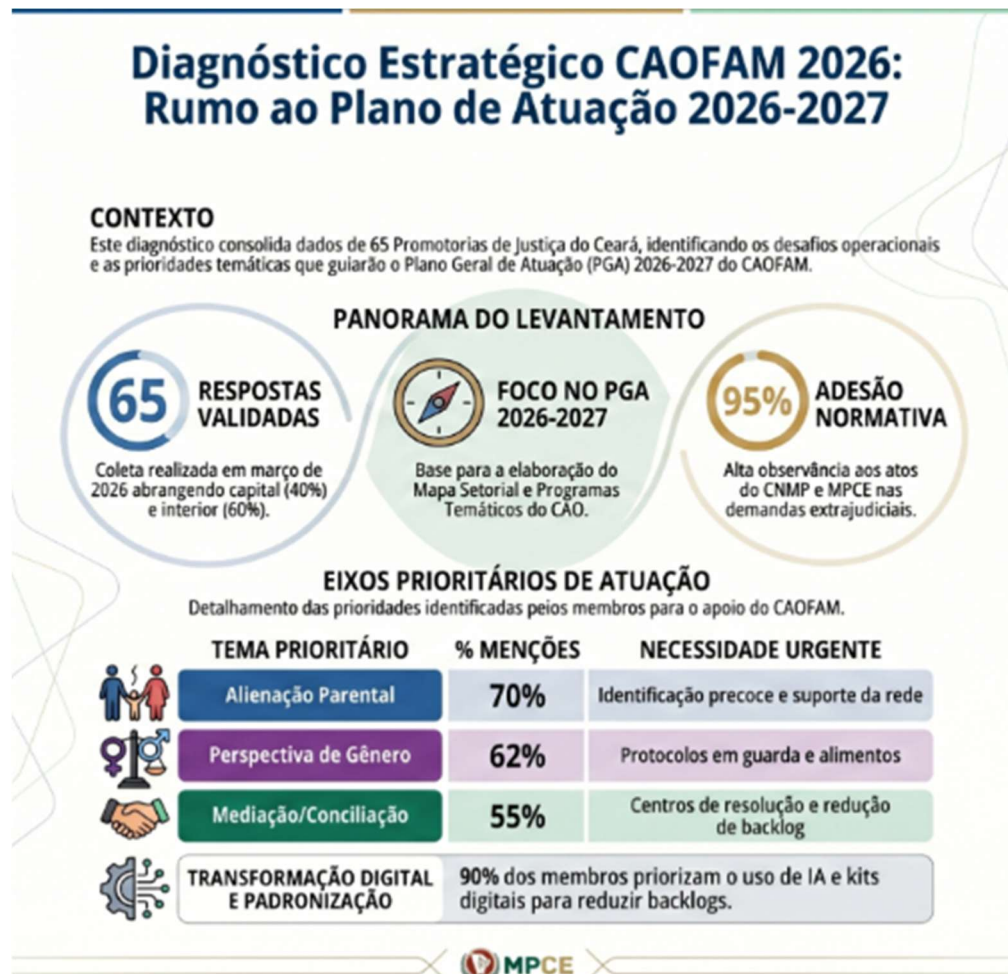
Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano.

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área da Família, Sucessões e Registros Públicos.

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico identificou que os temas de alienação parental, perspectiva de gênero, mediação e conciliação e curatela concentram cerca de 80% das demandas de apoio dirigidas ao CAOFA. Os respondentes apontaram como principais problemas a elevada litigiosidade, a ausência de fluxos e protocolos padronizados, a fragilidade da articulação com a rede de proteção e as dificuldades estruturais relacionadas à realização de perícias, especialmente nas unidades do interior do Estado.

A análise demonstrou que, embora exista elevada adesão às normas institucionais e boas práticas já consolidadas na atuação ministerial, persistem importantes fragilidades organizacionais. Destacam-se a inexistência de manuais e checklists padronizados, a sobrecarga decorrente da alta litigiosidade em matérias de família, a baixa integração entre órgãos da rede de proteção e a necessidade de aprimoramento da atuação em curatelas e na proteção de pessoas vulneráveis. Ao mesmo tempo, o diagnóstico identificou oportunidades relevantes para fortalecimento institucional, especialmente por meio da padronização de procedimentos, da ampliação da mediação e conciliação, da utilização de tecnologias e inteligência artificial, da qualificação da atuação transversal entre áreas especializadas e da promoção de capacitações temáticas voltadas a membros e servidores.



PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOFA

Propósito da Unidade

Impulsionar soluções humanas e promover a efetivação de direitos nas relações familiares, sucessórias e registrais, com resolutividade, inclusão e proteção das pessoas mais vulneráveis.

EIXO TEMÁTICO: FAMÍLIA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Fortalecer a proteção integral em disputas familiares e promover alternativas nas ações de curatela

Soluções propostas

1. Projeto Curatela Resolutiva

Objetivo

Fortalecer a atuação ministerial resolutiva nas ações de curatela, fomentando a adoção de alternativas processuais que garantam maior celeridade, proteção da dignidade da pessoa humana e efetivação dos direitos das pessoas em situação de incapacidade civil, especialmente aquelas em condição de maior vulnerabilidade.

Escopo

- Elaborar e disponibilizar orientação técnica sobre a aplicação do Enunciado nº 178 da III Jornada de Processo Civil.
- Promover reuniões, oficinas e ações de sensibilização junto aos membros com atribuição na área de família.
- Apoiar tecnicamente as Promotorias de Justiça aderentes ao projeto.
- Compartilhar boas práticas e casos exitosos de atuação resolutiva.
- Monitorar os resultados alcançados pelas unidades participantes.

Indicadores de Resultado

- Percentual de Promotorias aderentes ao Projeto Curatela Resolutiva
- Quantidade de procedimentos/processos de curatela acompanhados com utilização das orientações do projeto

2. Promoção da atuação com perspectiva de gênero

Objetivo

Incentivar a incorporação da perspectiva de gênero na atuação ministerial em matéria de família, sucessões e registros públicos, contribuindo para a proteção integral de mulheres, crianças, adolescentes, idosos e demais grupos vulneráveis, com observância das diretrizes do CNMP.

Escopo

- Produzir orientações e materiais de apoio sobre atuação com perspectiva de gênero.
- Divulgar protocolos, recomendações e boas práticas aplicáveis às Promotorias.
- Promover eventos temáticos sobre violência doméstica, parentalidade, guarda, alimentos e direitos das mulheres.
- Articular ações conjuntas com NUPROM, NUAVV e demais órgãos especializados.
- Incentivar a análise dos impactos das decisões e manifestações ministeriais sobre grupos vulneráveis.

Indicadores de Resultado

- Percentual de Promotorias alcançadas pelas ações de sensibilização e orientação sobre perspectiva de gênero
- Quantidade de materiais técnicos produzidos e disponibilizados

3. Capacitação e aperfeiçoamento funcional temático

Objetivo

Promover o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores que atuam nas áreas de família, sucessões e registros públicos, ampliando a capacidade técnica e a atuação resolutiva das unidades ministeriais.

Escopo

- Levantar necessidades de capacitação na área temática.
- Construir trilha formativa em parceria com a ESMP/CEAF.
- Realizar cursos, oficinas, webinários e encontros temáticos.
- Disponibilizar materiais de consulta e atualização permanente.
- Avaliar a efetividade das ações formativas e sua aplicação prática.

Indicadores de Resultado

- Taxa de participação dos membros nas capacitações promovidas pelo CAO/FAM
- Percentual de satisfação dos participantes
- Percentual de participantes que declaram aplicação prática do conhecimento adquirido

EIXO TEMÁTICO: SUCESSÕES

Objetivo Específico nº 1: Padronizar rotinas cartoriais e envios eletrônicos em procedimentos sucessórios extrajudiciais

Soluções propostas

1. Capacitação em Procedimentos Sucessórios Extrajudiciais

Objetivo

Promover a qualificação técnica dos membros do MPCE, oficiais de cartório, substitutos, escreventes e advogados acerca dos procedimentos sucessórios extrajudiciais, visando à uniformização de entendimentos, à redução de **inconsistências nos envios eletrônicos** e ao aumento da eficiência na tramitação dos expedientes submetidos à apreciação ministerial.

Escopo

- Planejar e realizar ações formativas sobre inventário extrajudicial, partilha, sobrepartilha, cessão de direitos hereditários e demais atos correlatos.
- Divulgar orientações sobre a legislação aplicável, normativas do CNJ e atos normativos estaduais.
- Promover eventos conjuntos entre MPCE, entidades representativas dos cartórios e advocacia.
- Disponibilizar materiais de apoio, modelos e perguntas frequentes.
- Estimular a troca de experiências e boas práticas entre os operadores envolvidos.

Indicadores de Resultado

- Taxa de participação nas capacitações
- Quantidade de operadores capacitados

2. Capacitação e Aperfeiçoamento Técnico em Procedimentos Sucessórios Extrajudiciais

Objetivo

Promover a qualificação técnica, a uniformização de entendimentos e o aperfeiçoamento contínuo da atuação dos membros e servidores do MPCE, bem como dos oficiais de cartório, substitutos, escreventes e advogados, por meio da capacitação, da disponibilização de

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

orientações padronizadas e de instrumentos de apoio sobre procedimentos sucessórios extrajudiciais, contribuindo para a segurança jurídica, a redução de inconsistências documentais e a maior eficiência na tramitação dos expedientes submetidos à apreciação ministerial.

Escopo

- Planejar e realizar ações formativas sobre inventário extrajudicial, partilha, sobrepartilha, cessão de direitos hereditários e demais atos correlatos.
- Divulgar orientações sobre a legislação aplicável, atos normativos do CNJ e normas estaduais pertinentes.
- Promover eventos e iniciativas conjuntas entre MPCE, entidades representativas dos cartórios e advocacia.
- Elaborar e divulgar notas técnicas, enunciados interpretativos e orientações sobre temas recorrentes.
- Produzir fluxogramas, checklists, modelos de manifestação ministerial e demais instrumentos de apoio.
- Disponibilizar materiais de apoio, modelos, perguntas frequentes e conteúdos de consulta rápida.
- Estruturar canal permanente para esclarecimento de dúvidas técnicas.
- Mapear, divulgar e estimular a adoção de boas práticas identificadas nas Promotorias de Justiça e demais órgãos envolvidos.
- Atualizar continuamente os materiais de referência em razão de alterações legislativas, normativas e jurisprudenciais.

Indicadores de Resultado

- Taxa de participação nas capacitações.
- Quantidade de operadores e agentes capacitados.
- Quantidade de instrumentos técnicos produzidos.
- Percentual de Promotorias alcançadas pelas ações de aperfeiçoamento.
- Redução de diligências decorrentes de inconsistências documentais.

EIXO TEMÁTICO: REGISTROS PÚBLICOS

Objetivo Específico nº 1: Promover a regularização registral de populações vulneráveis e pessoas com deficiência

Soluções propostas

1. Projeto: Promoção da regularização registral de populações vulneráveis e de pessoas com deficiência, com foco em inclusão civil

Objetivo

Capacitar membros, servidores e demais atores envolvidos na temática registral para identificar situações de sub-registro civil, atuar na garantia do acesso à documentação básica e promover soluções resolutivas voltadas às populações vulneráveis e pessoas com deficiência.

Escopo

- Realização de cursos, oficinas e palestras sobre registro civil e direitos registrais.
- Divulgação de normas, provimentos e boas práticas relacionadas ao enfrentamento do sub registro.
- Capacitação para utilização de fluxos e ferramentas de atuação.
- Compartilhamento de experiências exitosas e estudos de caso.

Indicadores de Resultado

- Percentual de participação do público-alvo nas ações de capacitação
- Percentual de participantes que declaram aumento do conhecimento técnico após a capacitação

2. Kits de Atuação

Objetivo

Disponibilizar instrumentos padronizados que orientem a atuação ministerial na identificação e resolução de situações de sub-registro civil, garantindo maior uniformidade, segurança jurídica e celeridade no atendimento às pessoas vulneráveis.

Escopo

- Elaboração de fluxogramas, checklists e modelos de peças.
- Produção de guia prático para regularização registral.
- Disponibilização de material digital para consulta permanente.
- Atualização periódica dos documentos conforme alterações normativas.

Indicadores de Resultado

- Percentual de Promotorias que receberam ou acessaram os kits de atuação
- Percentual de usuários que consideram os kits úteis para a atuação funcional

3. Reuniões de Trabalho

Objetivo

Fortalecer a articulação e o alinhamento institucional entre os órgãos envolvidos na política de combate ao sub-registro, promovendo a construção conjunta de soluções e o acompanhamento das ações executadas.

Escopo

- Realização de reuniões periódicas com entidades parceiras.
- Discussão de dificuldades operacionais e boas práticas.
- Monitoramento de encaminhamentos e deliberações.
- Definição de estratégias de atuação integrada.

Indicadores de Resultado

- Percentual de participação das instituições convidadas nas reuniões realizadas
- Percentual de encaminhamentos efetivamente implementados

4. Interlocução entre Hospitais, Cartórios e o Comitê de Sub-registro

Objetivo

Fortalecer a rede de prevenção e enfrentamento ao sub-registro civil por meio da integração entre unidades de saúde, serventias extrajudiciais e órgãos responsáveis pela coordenação das políticas de documentação civil.

Escopo

- Construção de fluxos de comunicação e encaminhamento.
- Mapeamento de gargalos relacionados ao registro de nascimento e emissão de certidões.
- Fomento à adoção de procedimentos simplificados para obtenção da documentação básica.
- Compartilhamento de dados e informações institucionais permitidos pela legislação.

Indicadores de Resultado

- Número de instituições integradas à rede de interlocução (hospitais, cartórios e órgãos parceiros)
- Quantidade de demandas de regularização registral encaminhadas ou solucionadas por meio da articulação interinstitucional

MAPAS ESTRATÉGICOS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA FAMÍLIA, SUCESSÕES E REGISTROS PÚBLICOS

Mapa Estratégico Nacional



Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação do CAOFAF traduz o compromisso institucional com uma atuação cada vez mais resolutiva, integrada e orientada para resultados, buscando responder aos desafios identificados no diagnóstico por meio de iniciativas estruturadas e alinhadas às necessidades das Promotorias de Justiça. A construção participativa deste instrumento permitiu a definição de objetivos e soluções estratégicas voltadas ao fortalecimento da proteção integral nas relações familiares, à qualificação da atuação em matéria sucessória e registral e à ampliação do acesso a direitos por populações vulneráveis.

As ações previstas para o período de vigência do plano priorizam a disseminação do conhecimento técnico, a padronização de procedimentos, o fortalecimento da atuação em rede e o compartilhamento de boas práticas, contribuindo para maior uniformidade, segurança jurídica e eficiência na atuação ministerial. Ao mesmo tempo, o plano reafirma a importância da inovação, da capacitação contínua e da articulação institucional como instrumentos para ampliar a efetividade das políticas de proteção de direitos nas áreas de família, sucessões e registros públicos.

Mais do que um conjunto de iniciativas, este Plano representa uma diretriz de atuação voltada à promoção da dignidade humana, à inclusão social e à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. Seu acompanhamento sistemático e a avaliação periódica dos resultados permitirão o aperfeiçoamento contínuo das estratégias adotadas, assegurando que o CAOFAF permaneça alinhado às demandas da sociedade e aos objetivos estratégicos do Ministério Público do Estado do Ceará.

Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.